

LULA, HUMBERTO AMADUCCI E ZECA DO PT: MATO GROSSO DO SUL FELIZ DE NOVO.

“A direita do Mato Grosso do Sul e do país adota medidas para enfrentar a crise cortando na carne do povo. Nós do Partido dos Trabalhadores, enfrentamos a crise investindo fortemente no povo.”

Humberto Amaducci (PT)

Eleições 2018: o povo do Mato Grosso do Sul e do Brasil numa encruzilhada

O povo brasileiro está convocado a comparecer às urnas no próximo dia 07 de outubro e participar do processo eleitoral. As eleições de 2018 poderão representar uma fraude, caso o TSE, STJ e STF resolvam impedir ou indeferir o registro da candidatura do ex-presidente Lula. De qualquer maneira, o povo estará diante de uma encruzilhada para escolher entre dois projetos. De um lado, um projeto de desenvolvimento inclusivo, democrático, popular, soberano e com intensa participação do Estado, representado pelo PT e, de outro lado, um projeto de desenvolvimento excludente, elitista, autoritário e subordinado aos interesses das potências estrangeiras representado pelos partidos do golpe de 2016 (PSDB, MDB, DEM, PP, PSL dentre outros).

No projeto do PT, com Lula, cabe todo o povo, abrem-se as oportunidades e uma perspectiva de melhoria das condições de vida. Já no projeto da elite retrógada, estão o desemprego crescente, a redução da renda e dos salários, a exclusão social, a fome, a desigualdade, a mortalidade infantil, a perda da soberania nacional e um país com oportunidades para apenas os ricos, uma minoria historicamente privilegiada.

O Brasil é um país grandioso por seu povo e por suas riquezas, mas tristemente desigual. O Brasil é um país sublime por causa do seu povo alegre, criativo, trabalhador e generoso, fruto de uma rica história de miscigenação de povos indígenas com populações africanas que foram arrancadas de suas pátrias mães e transformadas em escravos e com elementos europeus e asiáticos que vieram para colonizar e construir suas vidas por aqui. O Brasil também é magnífico porque logrou formar um território de grandeza continental com muitos recursos naturais de grande interesse para toda a humanidade: água, terras agricultáveis, grandes jazidas minerais e petróleo, clima ameno, biodiversidade.

Entretanto, ao longo de nossa história, alguns segmentos minoritários lograram dominar e controlar os bens naturais e os bens construídos, ao passo que uma grande maioria vive sob condições de pobreza e miséria ou como “remediados”. Em poucos momentos de nossa história o povo conseguiu mudar essa lógica - como ao alçar um homem de origem popular, um operário e uma mulher ao comando do governo central do país - no entanto, a elite utilizou dos seus instrumentos de poder para voltar a dominar.

É possível diminuir a pobreza e a desigualdade distribuindo a renda e as oportunidades. Assim ocorreu no período em que o PT conseguiu, pela via democrática, levar Lula e Dilma à presidência da República e governar o Brasil entre 2003 e 2016, por 13 anos. Nesse período, mesmo sob fortes ataques da elite, os governos do PT conseguiram fazer a economia crescer, diminuir o desemprego, aumentar a renda dos setores mais pobres, desenvolver nossa capacidade de explorar os recursos naturais em favor do povo e se relacionar com os demais países de maneira soberana e não subalterna, com participação destacada na criação do Brics, no fortalecimento do Mercosul, nos órgãos multilaterais tanto em esfera mundial quanto regional, conquistando espaço, respeito, altivez e protagonismo na geopolítica global.

Após ser derrotada em 2002, 2006, 2010 e 2014 pela via democrática, a elite resolveu romper com essa trajetória, aplicando um gravíssimo golpe. E num arranjo nefasto, o PSDB e o bloco conservador atraíram o vice-presidente usurpador, Michel Temer e seu partido, o MDB, para aplicar um golpe, depor a presidenta Dilma Rousseff e impor um governo e um programa sem o respaldo do povo nas urnas. Assim a velha elite voltou a assumir a presidência da República e alinhar o executivo, o legislativo e o sistema de justiça sob a batuta conservadora, com a cobertura ideológica dos veículos de comunicação oligopolizados e familiares (especialmente a Rede Globo) e também de setores conservadores nos partidos, nas igrejas e nas instituições privadas.

Já nas primeiras medidas do governo golpista, evidenciou-se que o golpe não se restringia à presidenta Dilma ou mesmo ao Partido dos Trabalhadores. A entrega das nossas riquezas, da soberania nacional, do patrimônio público, de empresas estatais, os ataques aos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, somados aos cortes de verbas, especialmente nas políticas sociais, revelou que a sua extensão é muita mais ampla, e se tratava de um duro golpe, por parte da elite local e de seus sócios internacionais contra o povo brasileiro.

A elite quer manter a miséria e a exploração do povo e chama a isso de modernidade, de responsabilidade, de austeridade, de moralidade. Regredimos 20 anos em 2. Após mais de dois anos do governo golpista e impostor de Michel Temer, do MDB, do PSDB, do DEM e a camarilha que lhe acompanha, as condições sociais, econômicas e políticas se deterioraram em ritmo acelerado. O desemprego, a informalidade, a precarização do trabalho, a falência de pequenas e médias empresas, a redução do crédito, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza atinge recordes e voltam a fazer parte da paisagem das cidades e do campo. A concepção das medidas adotadas pelos representantes da elite que assaltaram o comando dos poderes da República está registrada no malfadado plano “Ponte para o Futuro” que impõe ilegitimamente o programa derrotado nas últimas quatro eleições:

- A **reforma trabalhista** que eles dizem que é para modernizar as relações de trabalho e gerar empregos é, na verdade, para facilitar a redução dos salários e as demissões, fragilizando os trabalhadores e as trabalhadoras e suas organizações, favorecendo os patrões.

- Revogação da política de reajuste do **salário mínimo** acima da inflação: eles dizem que é para aliviar as contas públicas e para aumentar as contratações (geração de empregos). Na verdade, é para reduzir o nível dos salários dos trabalhadores e trabalhadoras, diminuir o seu poder de compra e aumentar os lucros dos patrões ao mesmo tempo que aumenta a pobreza e a miséria.
- **Congelamento** dos investimentos públicos em **educação, saúde**, moradia, transporte público, segurança, assistência e previdência social por **20 anos** (Emenda Constitucional 95). Dizem que é para controlar e reduzir a dívida pública e sanear as contas do governo. Entretanto, como preservam os pagamentos dos juros e a amortização da criminosa e inexplicada dívida pública (que consome em média 45% do orçamento da União) e não reformam a estrutura tributária que preserva os mais ricos e onera os mais pobres, na verdade estão executando uma transferência de riquezas das parcelas mais pobres para os segmentos mais abastados (especialmente banqueiros e rentistas).
- **Privatização do patrimônio público** entregando a preços irrisórios empresas ou parte de empresas públicas como a Petrobrás, a Eletrobrás, a Caixa Econômica Federal, o Banco do Brasil, a Casa da Moeda, a Embrapa, dentre outras, e **desmonte e venda de grandes empresas nacionais** (Embraer, dentre outras). Dizem que é para cobrir as contas públicas, melhorar a eficiência, atrair capitais e aquecer a economia. Na verdade, é para beneficiar os patrocinadores do golpe (bancos, multinacionais, organizações patronais), evitando que essas empresas atendam o povo brasileiro de maneira diferenciada pelo seu caráter público e estratégico e concorram com os oligopólios transnacionais, especialmente dos EUA.
- **Entrega dos recursos naturais** autorizando e financiando empresas estrangeiras para explorar os recursos naturais do país. Estão criando ou mudando a legislação para entregar minérios, petróleo (especialmente as reservas do Pré-sal), terras agricultáveis, nióbio, a Amazônia, a água das grandes reservas do aquífero Guarani publicamente cobiçada por empresas multinacionais, conforme projeto em tramitação no Congresso Federal, de autoria do senador do PSDB, Tasso Jereissati. Dizem que é porque o país não possui capacidade e competência tecnológica para explorar tais recursos. Na verdade, querem que os recursos naturais sejam propriedade privada dos amigos e patrões donos do grande capital e não do povo.
- **A extinção do fundo soberano**, onde 75% dos *royalties* do petróleo seriam destinados à saúde e à educação. Hoje constatamos o desmonte de todo parque tecnológico do Brasil, com corte de verbas para as universidades e para a pesquisa em ciência e tecnologia. Mais uma vez, estes vassalões do estrangeiro que hora ostentam o poder, imputam ao seu próprio país o desejo dos EUA e dos seus conglomerados econômicos que querem nos manter colônia e submissos.
- **Desestruturação de políticas públicas e sociais** sob o argumento da austeridade e da moralidade. A redução do financiamento público da saúde, da educação e dos demais serviços públicos de caráter universalizante são

apresentados como responsabilidade fiscal para adequar as contas públicas. Na verdade, é mais um mecanismo para reduzir o atendimento aos mais pobres e abrir um rentável mercado privado de serviços. Nas políticas sociais o resultado é a redução da proteção social e o aumento das vulnerabilidades, a exemplo do aumento da mortalidade infantil e o ressurgimento de endemias a anos controladas como sarampo e febre amarela.

- **Fim da democracia** restringindo os espaços de participação social e democracia direta, criminalizando as manifestações e organizações sociais, afastando e/ou eliminando lideranças políticas e sociais da vida pública, especialmente se forem de esquerda, como no caso da condenação e prisão sem provas do ex-presidente Lula e o cerceamento do seu direito de concorrer à presidência da República (mesmo que as pesquisas o apontem como o preferido pela maioria do povo). Propagam que é para moralizar e garantir a ordem. Na verdade, é para silenciar os opositores e o descontentamento popular contra a dilapidação do patrimônio público e a promoção da miséria da maioria do povo.

Lula é candidato porque o povo deseja um Brasil feliz de novo. Contra o plano antidemocrático o PT lançou a candidatura do ex-presidente Lula para retomar o caminho de inclusão social, melhoria da qualidade de vida para toda a população e desenvolvimento soberano. Por esse motivo deram um jeito de condená-lo por um apartamento que jamais foi dele e prendê-lo sem nenhuma prova, revelando-se tratar de uma condenação meramente política, denunciada internacionalmente, com evidente objetivo de impedir que concorra e vença as eleições. E assim, por meio de uma eleição fraudada, com “verniz” de democracia, a elite retrógada e golpista espera eleger seu representante.

É precisamente neste contexto de aguda polarização política e social - entre as forças de esquerda, democráticas e populares - e as forças golpistas e do atraso, representadas pelos mais variados segmentos da classe dominante, com sérias ameaças de obstrução da candidatura Lula e do direito soberano do povo escolher majoritariamente o seu presidente, que se desenvolverão as eleições de 2018, com fortes impactos na realidade presente, mais especialmente no futuro do povo brasileiro, com extensão em toda a América Latina.

O confronto de projetos também se expressa em Mato Grosso do Sul.

Nosso estado, assim como nosso país, é grandioso, mas infelizmente também é desigual. Nosso povo é simples, trabalhador, honrado, hospitaleiro e alegre. A nossa formação ocorreu pelo encontro entre os povos nativos indígenas e os imigrantes de ascendências europeia, asiática e africana provenientes de outras partes do território nacional (como nordestinos e sulistas) ou de outros países, especialmente paraguaios, bolivianos, japoneses e árabes e que atualmente conformam uma população de mais 2,7 milhões de pessoas. Mas ao longo da nossa história formamos uma sociedade desigual que exhibe ao mesmo tempo riqueza e pobreza. A elite dominante constrói ativamente

um projeto de sociedade para poucos, onde a redução da pobreza, o combate efetivo à fome, a geração de empregos qualificados e a oferta de serviços públicos aparecem somente na retórica.

Nosso vasto território – 357 milhões de km² – tem abundante oferta de terra agricultável, água doce e minérios, grande biodiversidade, além de um clima ameno. E ademais abriga o santuário ecológico do Pantanal. Estamos localizados simultaneamente no coração da América do Sul, na porção de transição entre o Centro-Sul e a Amazônia, vizinhos a polos econômicos como São Paulo e Paraná. Essas riquezas excepcionais, entretanto, se convertem em número pequeno de atividades produtivas, especialmente no setor primário e em cadeias produtivas pouco verticalizadas gerando quantidade relativamente pequena de empregos.

Para que o Mato Grosso do Sul inclua todas as pessoas é necessário um outro modelo de desenvolvimento que promova mudanças de verdade. A eleição deste ano coloca o povo sul-mato-grossense diante de muitas candidaturas, mas de apenas dois caminhos: prosseguir na dinâmica atual de desenvolvimento e dignidade para poucos ou optar por trilhar um caminho de um estado de efetivas oportunidades para todos.

O “condomínio” golpista que cometeu um brutal atentado contra as liberdades democráticas, a soberania nacional e os direitos do povo e, em apenas dois anos, uma das maiores crises socioeconômicas do país, tem os seus fiéis representantes políticos e sociais aqui no Mato Grosso do Sul. As candidaturas do MDB (de Puccinelli, Simone Tebet, de Marun e Temer); do representante dos fazendeiros, Reinaldo Azambuja (do PSDB de Aécio Neves, de José Serra e do FHC); e, do juiz Odilon (da turma de juízes privilegiados e antipovo), são diferentes faces do mesmo projeto e da mesma classe social: a elite rica e privilegiada, egoísta, que não admite melhorias para o povo.

Os representantes do MDB tentavam vender seus governos – marcados pela truculência e pelos escândalos de compadrio e corrupção – como “realizadores e fortes”. Alardeando que investiam recursos próprios do governo estadual, escamoteavam o abrangente e vigoroso programa de investimentos sociais e de infraestrutura dos governos Lula e Dilma em Mato Grosso do Sul. Também encobriam a postura altiva e bem construída do governo federal na relação do Brasil com os vizinhos sul-americanos e com os Brics, favorecendo fortemente a economia sul-mato-grossense que depende de exportações de *commodities*. Mesmo tendo se beneficiado largamente dos governos petistas, os políticos do MDB sul-mato-grossense não tergiversaram em trair a “fada madrinha” presidenta Dilma Rousseff, aliar-se ao PSDB, participar do golpe e construir o desastroso e entreguista governo do impostor Michel Temer.

O fazendeiro tucano Reinaldo Azambuja alcançou o cargo de governador de Mato Grosso do Sul arrogando-se ser a mudança de verdade. Durante esses quase quatro anos o que se viu foi a mesma fórmula dos governos do MDB: forte publicidade para ludibriar a população e interditar o debate sobre o governo, cooptação de outros poderes (de braços dados com o MDB), truculência com quem contesta suas medidas e fortes escândalos de corrupção. Encoberto pela retórica da meritocracia, da gestão por

resultados e da parceria, tentará defender um governo pífilo que na verdade praticou o arrocho salarial aos servidores, o clientelismo e a desestruturação de programas sociais, aumento de impostos horizontais para toda a população e escandalosas (e corruptas) desonerações fiscais para os muito ricos.

Além destes representantes, nesta eleição também temos outro representante da elite: o juiz Odilon jamais demonstrou qualquer sensibilidade social e tampouco renunciou ou denunciou os privilégios e supersalários dos magistrados. Agora, tenta se apresentar como novidade ao governo de MS, se aproveitando e se disfarçando na tradição brizolista sem explicar suas ideias autoritárias, seus privilégios e as denúncias que pairam sobre sua figura. Na verdade, representa e faz parte da velha elite, dos setores sociais do atraso, resistentes a quaisquer mudanças na sociedade, já tendo manifestado por diversas vezes seu preconceito contra os pobres (índios, sem terras, sem tetos, quilombolas), mas de forma oportunista se traveste numa sigla de centro-esquerda e de tradição trabalhista para tentar iludir o povo.

A inclusão social, a geração de oportunidades para todos e o desenvolvimento social e cultural são questões estratégicas para o Mato Grosso do Sul. O modelo de desenvolvimento que prevalece no Estado é de caráter profundamente autoritário e conservador, pois mesmo quando promove crescimento econômico, continua prevalecendo uma base pouca diversificada (poucos itens de produção), baixo valor agregado nas cadeias produtivas e baixo nível de composição tecnológica. Além disso, a geração de empregos está muito aquém do volume de transferência do orçamento público aos setores privados, por meio dos incentivos fiscais, com agravamento das desigualdades regionais, com aprofundamento do nível de concentração de renda, das desigualdades sociais e aumento da pobreza.

Outro projeto de desenvolvimento é possível e necessário. É neste contexto que o Partido dos Trabalhadores se preparou para mais uma batalha política-eleitoral de profundo significado para o nosso povo e lançou a candidatura popular do ex-prefeito de Mundo, Humberto Amaducci ao governo do Estado, para conduzir o MS a um novo ciclo de desenvolvimento, com inclusão socioeconômica, controle social e gestão democrática. E ao contrário dos programas de governo das candidaturas que representam a elite do atraso sul-mato-grossense, oligárquica e patrimonialista, comprometidas com uma agenda neoliberal, capitaneada pelo grande capital, assentada no falido modelo de falsa austeridade e de Estado mínimo e desestruturado, com arrocho salarial, diminuição dos investimentos públicos em infraestrutura e em políticas sociais - o nosso programa de governo visa a construção de um Estado presente na vida do povo, assentado em outros fundamentos econômicos, sociais, ambientais e culturais, presente na vida das pessoas, especialmente daqueles segmentos sociais que mais necessitam de políticas públicas.

Enquanto o projeto de governo dos representantes da oligarquia sul-mato-grossense, sócios do “condomínio” golpista que tomaram de assalto o governo central do Brasil, produzem historicamente mais concentração de renda, de propriedade, de poder

econômico, de poder político, menos direitos aos trabalhadores e às trabalhadoras, com consequente aumento da pobreza e da miserabilidade - o nosso programa visa mais desenvolvimento econômico e social, mais geração de emprego de qualidade, desconcentração da renda e de propriedade, democratização do Estado e do poder político, com avanço na universalização da cidadania, consolidando o respeito aos direitos humanos, às diferenças étnicas, religiosas, sexuais e de gênero.

A visão do PT sobre os problemas e as respectivas propostas de superação surgem da sua trajetória de organização política que nasceu da base da sociedade, especialmente os trabalhadores e o povo pobre. Essa trajetória se enriqueceu e fortaleceu nos exitosos governos que já realizou.

O povo sul-mato-grossense conhece e tem saudades dos governos da inclusão social conduzidos por Zeca do PT. Em 1998 o deputado Zeca do PT, formado no sindicalismo, representou o PT e uma coligação de partidos de esquerda que interrompeu o revezamento político da elite atrasada, a oligarquia latifundiária no governo de Mato Grosso do Sul. Em dois mandatos consecutivos o governo de Zeca do PT colocou os mais pobres efetivamente no orçamento e recuperou o protagonismo do executivo estadual na articulação e indução do desenvolvimento.

A inclusão social foi a grande marca dos governos de Zeca do PT. A ampliação do acesso às políticas públicas de saúde e educação, à segurança, à cultura, ao esporte e lazer, à assistência social e o apoio à agricultura familiar e à reforma agrária aproximou a população da universalização dos serviços. Mas o símbolo maior dessa marca dos governos petistas foram os programas de transferência de renda e de habitação que, respectivamente, proporcionaram uma renda mínima a mais de 80 mil famílias pobres e habitação digna para mais de 12 mil famílias. A criação dos Fundos de Investimentos Sociais (FIS), de Investimentos Culturais (FIC) e de Investimentos no Esporte (FIE), contornaram o mecanismo nefasto da dívida pública como dreno da responsabilidade social do estado, viabilizando o financiamento das políticas públicas.

A mudança na forma de gestão também marcou os governos de Zeca do PT. O fim do compadrio, o combate à corrupção e à sonegação encerrou o terrorismo fiscal ao mesmo tempo que proporcionou o aumento da arrecadação. A implantação da central de compras e a informatização de contratos corporativos racionalizou e diminuiu os custos de obtenção de bens e serviços ao mesmo tempo que deu transparência. A implantação das carreiras, os concursos públicos, a negociação coletiva ao lado do empenho na valorização e qualificação dos servidores e das servidoras recolocou essas categorias de trabalhadores em patamar condizente com sua importância estratégica para o desenvolvimento do Estado.

A elaboração dos estudos MS 2020, MS 2025, do Balanço Energético e das Cadeias Produtivas, a elaboração participativa dos planos de desenvolvimento regionais, a constituição dos Coredes, o debate sobre a Rota Bioceânica, os incentivos fiscais, a implantação ou conclusão de obras estratégicas recuperaram o papel protagonista do executivo estadual no planejamento do desenvolvimento.

Com o PT à frente do governo a sociedade sul-mato-grossense recuperou a autoestima como um povo singular com projeto de futuro.

Com Humberto Amaducci governador, o projeto que o PT apresenta para o povo sul-mato-grossense não é uma lista de promessas. Trata-se de um profundo compromisso com o povo de MS e com o seu futuro, traduzido em propostas e medidas concretas. Decorrente de um estreito diálogo com variados segmentos, ele está apoiado numa estratégia política e de governo que se assenta em quatro pilares:

- 1) **Revogação das medidas anti-populares que privilegiem apenas a elite em detrimento do povo.** As três últimas gestões do governo estadual, capitaneadas por representantes da elite, implementaram medidas que privilegiam a sua classe e limitam ou deterioram os serviços públicos para quem precisa e tem direito. Ao mesmo tempo que concedem bilhões de isenções fiscais para grandes empresários, confiscam o Fundo de Previdência dos Servidores, elevam a alíquota de impostos para toda a população, preparam a privatização de empresas públicas estratégicas.

No mesmo diapasão o governo ilegítimo e golpista de Temer está retirando direitos trabalhistas para favorecer o patronato, cortando recursos da saúde, educação, segurança dentre outros para garantir o pagamento de rentistas e banqueiros, entregando empresas públicas e recursos naturais quase de graça. O governo de Humberto Amaducci do PT irá revogar as medidas discricionárias do poder executivo estadual (cessar a preparação de privatização da Sanesul e da MSGás; administrar e estabelecer critérios rigorosos de isenções fiscais por exemplo), encaminhar ao poder legislativo propostas de alteração ou supressão naquelas medidas que ferem os interesses do Estado e dos trabalhadores e das trabalhadoras (como a elevação da contribuição previdenciária dos servidores estaduais, patrocinada pelo governador Reinaldo) e apoiar a reversão de medidas federais nefastas para o povo e para o país (revogação da EC 95/16 e da reforma trabalhista, por exemplo).

- 2) **Resgatar e aprimorar as políticas e programas dos Governos Zeca do PT e também estadualizar programas de Lula e Dilma.** Os governos do PT em MS implementaram um conjunto de programas inéditos que concretizaram o papel do Estado no enfrentamento da miséria e da fome, o fortalecimento da agricultura familiar e da economia solidária e a garantia de direitos universais (saúde, educação, assistência social, moradia, alimentação, cultura). Eles foram tão exitosos que os governos conservadores de 2007 a 2018 mantiveram parte deles. Na maioria das vezes trocaram o nome para apagar a marca petista, como no caso do Bolsa Escola que passou a se chamar Vale Renda. Entretanto, esses governos fizeram mudanças visando alterar sua natureza emancipadora, diminuir sua potência e abrangência e vincularam seu acesso à personalização clientelista dos gestores (como por exemplo o caso dos “cupinxas” priorizados no acesso aos programas habitacionais). A gestão de Humberto Amaducci do PT vai

resgatar programas abandonados (Restaurantes Populares, por exemplo) e aprimorar aqueles que ainda existem, imprimindo novamente seu caráter de direito emancipador, superando a tutela clientelista. Além disso, a gestão vai cobrar do governo federal o retorno efetivo de programas sociais que foram esvaziados ou abandonados pelo governo golpista de Temer, como o PAA, o PNAE, a Reforma Agrária, o Luz para Todos, dentre outros.

- 3) **A Gestão do Governo será baseada na Participação e Controle Social, ampliando a democracia e a transparência.** Atualmente o governo estadual opera nos marcos de uma democracia de baixa intensidade. Os cidadãos e as cidadãs participam efetivamente apenas no processo eleitoral, de quatro em quatro anos. Nesse intervalo são torpedeados pelo *marketing* governamental e pelos meios de comunicação, na maioria das vezes dependentes e instrumentalizados pelos interesses do governo. As gestões do PT em todas as esferas sempre priorizaram a construção de mecanismos de participação do cidadão em todo o período da gestão, tais como o Orçamento Participativo, os Conselhos de Políticas Públicas, as Conferências de elaboração de políticas. Os resultados são muito positivos, pois os cidadãos e as cidadãs compreendem mais profundamente o funcionamento do governo e assim fiscalizam melhor e coíbem a corrupção, também auxiliam a aprimorar a execução de políticas, dentre outros benefícios. A gestão de Humberto Amaducci do PT irá implementar esses mecanismos para que o Mato Grosso do Sul avance numa gestão efetivamente moderna.
- 4) **Promoção de um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável.** Mato Grosso do Sul vem se desenvolvendo, porém com um caráter concentrador, com impactos ambientais negativos irreversíveis e centrado em poucas cadeias produtivas, nas quais a agregação de valor está aquém do possível e a composição tecnológica é incipiente.
- Nosso modelo de desenvolvimento, além de excludente e primário-exportador, tem sido altamente predatório. Basta ver a devastação indiscriminada de nossas matas e cerrados, que não pouparam sequer as matas ciliares, quanto mais as áreas de reserva legal. O Pantanal também já começou a sentir os efeitos da voracidade do capital. A degradação dos solos, o assoreamento de nossos rios e a perda de biodiversidade são consequências desse modelo predatório. Os milhões de hectares de pastagens degradadas mostram isso claramente. A contaminação do meio ambiente e dos alimentos pelo uso abusivo de agroquímicos agrava, ainda mais, o quadro. É relevante destacar que nossa agricultura é controlada, tecnológica e economicamente, pelo grande capital estrangeiro, na hora de comprar seus insumos e máquinas e na hora de vender sua produção.
- A poluição urbana também tem contribuído negativamente para a degradação ambiental, com a falta de saneamento básico, como o tratamento e a destinação adequada dos esgotos e do lixo, como também tem contribuído a poluição industrial.

A gestão petista de Humberto Amaducci vai redirecionar estrategicamente o desenvolvimento, em articulação com o governo Lula-Haddad. O compromisso é de harmonizar as diferentes dimensões do desenvolvimento (dimensões econômica, social, democrática, territorial e ambiental), sem que uma se sobreponha às demais. O gasto governamental será planejado de maneira a priorizar os empreendimentos locais geradores de emprego e a induzir a diversificação e adensamento das cadeias produtivas. Ao mesmo tempo se combinará com uma estratégia de ciência, tecnologia e inovação que proporcione a elevação da composição tecnológica dos produtos de MS, capacitação e qualificação da mão de obra, elevação do número de empregos.

OS 13 COMPROMISSOS DE HUMBERTO AMADUCCI (PT) COM O POVO DO MATO GROSSO DO SUL

1. SAÚDE PÚBLICA DE QUALIDADE PARA O POVO:

- Implantação de 100% do Programa Saúde da Família urbana e rural em todos os municípios de Mato Grosso do Sul, incluindo o programa Mais Médicos para que nenhum sul-mato-grossense fique sem médico.
- Investimentos planejados para reformar e construir novas unidades de atendimento à saúde.
- Fortalecimento do SUS, aplicando seus princípios básicos de universalização, equidade e integralidade, apoiando a revogação da PEC 95 e contra qualquer forma de privatização.
- Ampliação, regionalização e descentralização da rede de saúde pública.
- Desenvolver e reforçar a atenção básica, de média complexidade com fortalecimento de todos os programas de saúde em especial a preventiva e educativa.
- Desenvolvimento de ações específicas para a população mais vulnerável como, por exemplo, indígenas, negros/quilombolas, ribeirinhos, fronteiriços, assentados e acampados, LGBTI+, mulheres, idosos, crianças, entre outros.
- Desenvolvimento de programas específicos para a mulher no combate à violência, no amparo na gestação e lactação e no trabalho.
- Desenvolvimento de programas para criança e adolescente estimulando a participação em atividades esportivas, culturais e de prevenção de drogas.
- Estimular a participação popular nas discussões de políticas públicas para a saúde e fortalecer o Conselho Estadual de Saúde com caráter participativo e deliberativo garantindo a paridade na gestão do SUS/MS.
- Fortalecimento e incentivo ao Programa Saúde do Trabalhador.
- Estabelecer uma política de capacitação e valorização dos profissionais da saúde.

- Desenvolvimento de políticas transversais com outras áreas do governo para melhoria da saúde da população.
- Fortalecer os programas de atenção e educação à saúde das pessoas com deficiência.
- Estruturar no SUS/MS as políticas de atendimento das pessoas com necessidades de tratamento por hemodiálise, prioritariamente nas cidades polos.
- Posição firme contra qualquer forma de privatização do Aquífero Guarani.

2. DESENVOLVER E CONSOLIDAR A POLÍTICA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Promover o aprimoramento do Sistema Único de Assistência Social-SUAS, com ampliação dos recursos orçamentários do Fundo Estadual de Assistência Social avançando para que as provisões sejam acessíveis, de qualidade e condizentes com as necessidades sociais dos diferentes públicos e territórios.
- Transformar a política de enfrentamento à pobreza em política de Estado, com recursos orçamentários, articulação entre as políticas públicas numa rede de proteção social que alcance a garantia da proteção social às famílias e pessoas em situação de desproteção social;
- Ampliar o cofinanciamento dos serviços regionalizados da Assistência Social, considerando os territórios e as especificidades estaduais e regionais, em conformidade com a regulação das ofertas específicas;
- Apoiar os órgãos gestores municipais na ampliação de Centros de Referência da Assistência Social – CRAS, para expandir a proteção social básica aos territórios de extrema pobreza e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ainda, na formação, cofinanciamento e regionalização das ações de proteção social especial de média e alta complexidade.
- Retomar os programas sociais implementados nos períodos dos governos Zeca do PT, Lula e Dilma para enfrentar e reduzir a pobreza e a miséria do nosso povo.
- Apoiar os Municípios na estruturação e implantação de seus Sistemas Municipais de Assistência Social, na gestão do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal – CadÚnico e do Programa Bolsa Família, assim como na organização da Vigilância Socioassistencial.

3. DESENVOLVER E FORTALECER AS POLÍTICAS DE COMBATE AS DESIGUALDADES E DISCRIMINAÇÃO COM EMPODERAMENTO DOS SEGMENTOS VULNERABILIZADOS

- Promoção da igualdade para mulheres, jovens, negros, indígenas e população LGBTI+, da cultura da tolerância e valorização da diversidade.
- Criação da Secretaria Estadual de **Políticas para Mulheres** com as condições adequadas para o desenvolvimento de políticas e programas capazes de alterar o quadro de desigualdade existente em nosso Estado.
- Fortalecer o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres como instância representativa da sociedade civil e dos movimentos de mulheres, para aprofundar a organização, participação e controle social e contribuir no processo de elaboração e formulação das políticas públicas implementadas.
- Apoiar e fortalecer a efetividade da Casa da Mulher Brasileira.
- Desenvolver uma política de fortalecimento da autonomia, econômica e financeira, por meio de incentivo e programas voltados à geração de emprego e renda, cooperativas, empreendedorismos, estabelecendo prioridade para grupos de economia solidária, formados predominantemente por mulheres, nas compras governamentais.
- Garantia da ampliação do orçamento público para implantação das políticas públicas para as mulheres contemplando inclusive no PPA.
- Efetivar Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher 24horas, prioritariamente nos municípios polo do interior do Estado.
- Consolidar a política de enfrentamento a violência contra a mulher instituído nos governos do presidente Lula e presidenta Dilma, por meio da implementação da Lei Maria da Penha, no fortalecimento do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher e o Programa Mulher Viver Sem Violência por meio da efetivação e fortalecimento da Casa da Mulher Brasileira, Unidades Móveis de Atendimento às Mulheres do campo, quilombolas e indígenas, e contribuir para enfrentar os assassinatos de mulheres com política de prevenção, mas atuando com firmeza na investigação dos casos de Femicídio.
- Ampliar e qualificar os equipamentos de cultura e lazer a disposição da população, em especial da juventude e idosos.
- Desenvolvimento de **políticas para a promoção da igualdade racial** e a garantia de direitos civis, políticos, econômicos, sociais, culturais e ambientais das populações indígenas e negras.
- Firme combate a toda forma de racismo institucional e à violência genocida contra os povos originários e de matriz africana ainda perpetuados no Estado Democrático de Direito.
- Serão implementadas e impulsionadas ações afirmativas nos serviços públicos para corrigir as desigualdades raciais ainda fortemente presentes no mundo do trabalho.
- Serão implantadas **políticas para a promoção dos direitos das juventudes** orientadas pela busca permanente da autonomia e emancipação dos jovens, pela valorização e promoção da participação

social, pelo reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares, e pelo respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva das juventudes.

- Serão desenvolvidas políticas, programas e ações de capacitação e inclusão qualificada do jovem no mercado de trabalho, como forma de enfrentar o desemprego, que é um dos grandes problemas que afetam a juventude, especialmente aquela pertencente aos segmentos mais populares da sociedade.
- Com foco na promoção do **direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+**, com prioridade para as pessoas em situação de pobreza, serão realizados todos os esforços para que o MS supere a violência contra a população LGBTI+, responsabilizando os crimes de ódio, de intolerância, e com criminalização da LGBTIfobia.
- O governo promoverá políticas e programas de saúde integral LGBTI+, implementará programas e ações de educação para a diversidade, enfrentamento ao *bullying* e reversão da evasão escolar.

4. POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS COMO TEMA CENTRAL DO ESTADO PARA GARANTIA DOS DIREITOS INDIVIDUAIS E COLETIVOS

- Aprofundar a transversalidade da política de Direitos Humanos nas diversas políticas setoriais para promoção e garantia dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais, sociais e ambientais.
- Garantia da liberdade, da segurança, da igualdade, da proteção à vida como pressupostos à consolidação da dignidade humana e do pleno Estado de Direito.
- Desenvolver e garantir políticas de acolhimento e inclusão das populações oriundas de imigrações especialmente em situação de vulnerabilidade.
- Implementar políticas de caráter transversal para a ressocialização e inclusão socioeconômica da população encarcerada no MS.
- Promoção dos direitos dos povos originários do campo, da floresta e das águas.
- Promoção dos direitos das pessoas com deficiência, da juventude, dos idosos, da igualdade racial, dos LGBTI+, das mulheres.
- Implantar programas de proteção dos defensores e defensoras de Direitos Humanos.

5. POLÍTICA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO INSTRUMENTO DE GARANTIA DE DIREITOS E PROMOÇÃO DA CIDADANIA

- Implantar uma política de segurança pública democrática e participativa com foco na proteção social e da dignidade da pessoa humana.

- Reforçar o caráter protetivo, preventivo e investigativo e tecnológico da segurança pública.
- Implantar e fortalecer canais de participação e controle social no desenvolvimento e efetivação das políticas e atividades de segurança pública para a proteção dos direitos coletivos e individuais na garantia da paz social.
- Valorização dos servidores e das servidoras da segurança pública do MS com implantação de política e instâncias permanentes de diálogo, visando organização de planos de cargos, carreira e salários, capacitação técnica, humanística, proteção e garantias para o bom exercício funcional.
- Implementar políticas de segurança pública técnica, científica e de inteligência, com integração de todo o sistema estadual e nacional de segurança no combate e elucidação do crime organizado nas suas mais variadas organizações.
- Políticas de segurança por meio de cooperação entre os países integrantes do Mercosul e países fronteiriços como objetivo de fortalecer a integração e o combate ao crime organizado.
- Em parceria com o governo Federal, fortalecer a Estratégia Nacional de Segurança Pública nas Fronteiras (Enafron), instituída pelo governo da presidenta Dilma, no combate ao crime organizado, envolvendo entre outros o tráfico de drogas, tráfico de seres humanos etc, com ações de inteligência, prevenção e repressão.

6. EDUCAÇÃO PÚBLICA E UNIVERSAL COMPROMETIDA COM A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA

- Promover um modelo educacional que desenvolva conhecimento científico, tecnológico, profissional, cultural e ao mesmo tempo a construção de cidadãos e cidadãs autônomos, críticos, preparados para o exercício da cidadania.
- Ajustar a Base Nacional Comum Curricular em vigência (educação infantil e educação fundamental), retirando as imposições obscurantistas e colocando a BNCC em sintonia com as Diretrizes Nacionais Curriculares.
- Rejeitar a lei do Novo Ensino Médio (Lei nº 13.145/17) imposta sem debate para fragilizar (ainda mais) a qualidade da educação pública em desacordo com o Plano Nacional de Educação e apoiar sua revogação.
- Combate firme a todo processo de privatização e terceirização na Educação.
- Fortalecer a Educação Infantil com Centro de Educação Infantil, Pré-Escola e Ensino fundamental.
- Garantir Ensino Médio com qualidade e condições de acesso e permanência aos jovens.
- Aprofundamento da Gestão Democrática da educação, com valorização dos profissionais.
- Ampliação do número de matrículas na educação de tempo integral.

- Desenvolvimento de um programa continuado que trate da violência nas escolas nas suas mais variadas dimensões e causas, com efetiva participação da sociedade.
- Políticas específicas que atendam os estudantes indígenas, negros, pessoas com deficiências, educação do campo, educação profissional e EJA.
- Ampliação do financiamento estadual para a educação com investimento vigoroso na melhoria da estrutura física das escolas, contemplando programas complementares como uniforme, saúde, material escolar e merenda escolar articulada com os Programas PAA e PNAE.
- Fortalecer as atuais escolas nos assentamentos e ampliação de outras para atender as demandas das comunidades, com uma proposta pedagógica voltada para o campo com fundamentação teórica à Educação do Campo e no Campo, envolvendo jovens estudantes com objetivo de geração de renda e aprendizagem.
- Priorizar a contratação de professores que tenha um vínculo com a comunidade no sentido de fortalecer o sentido de reforma agrária, transformando a escola em um espaço de conhecimento e vivência da própria comunidade.
- Implementar de forma progressiva escolas de tempo integral com objetivo de atender a necessidade de fortalecimento das atividades do campo ligadas à produção e cultura.
- Ações articuladas de educação, esportes e cultura com a promoção do acesso da comunidade nos espaços escolares.
- Realização de concursos públicos para ampliação do quadro efetivo de trabalhadores da educação.
- Com o firme propósito de **fortalecimento do ensino superior no MS**, o governo popular de Humberto Amaducci dará todo apoio à **Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (Uems)** com objetivo de aprofundar o seu papel enquanto instituição a serviço do desenvolvimento socioeconômico do Estado. Para isto, envidará esforços no sentido de aprovar uma lei estadual que garanta a autonomia da Uems e estabilidade financeira.
- Apoiará também viabilização de moradia estudantil, pelo menos em Dourados e em Campo Grande; medidas que viabilizem restaurante universitário nas maiores unidades (unidades que possuem aulas em pelo menos dois turnos); medidas para viabilização dos programas de bolsas com objetivo de garantir a permanência dos alunos e das alunas na universidade; fortalecimento das atividades de pesquisa desenvolvidas na Uems, que considere um modelo de desenvolvimento inclusivo e sustentável; implantação de espaços físicos, de acordo com a demanda das Unidades e do PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional); fortalecimento dos cursos de licenciaturas, com objetivo de melhorar a qualidade da Educação Básica e atingir as metas do Plano Estadual de Educação; manutenção e ampliação das condições de acesso e permanência dos alunos cotistas (negros e índios); e, fortalecimento das políticas que favorecem a diversidade étnico-racial e de gênero.

7. FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE UM NOVO CICLO DE POLÍTICAS CULTURAIS

- Retomar a experiência do Fundo de Incentivo à Cultura, garantindo a aplicação de 1% da arrecadação estadual em atividades culturais;
- Retomar as experiências exitosas do governo Zeca do PT, como o Festival Temporadas Populares, entre outras que somadas a construção de uma rede de atividades culturais, promova valorização, visibilidade, fruição e perenidade destas iniciativas.
- Democratização do acesso à cultura com valorização das experiências culturais populares e tradicionais - como Catira, Viola de Coxo - às comunidades afrodescendentes, indígenas, às festas de tradição paraguaias, às festas de tradição regionais, às festas das culturas das nações, atividades temáticas, culturas urbanas de integração da juventude e festivais universitários.
- Fortalecer o Conselho Estadual garantindo a ampla participação dos mais variados segmentos culturais, o seu caráter consultivo e deliberativo na elaboração, definição das políticas públicas culturais e democratização dos recursos.

8. POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO URBANO COMPROMETIDAS COM A CONSTRUÇÃO DE CIDADES SUSTENTÁVEIS, MAIS IGUALITÁRIAS E DEMOCRÁTICAS.

O governo popular de Humberto Amaducci dará todo apoio aos municípios com objetivo de construir cidades garantidoras de direitos, com políticas públicas que combatam a especulação fundiária urbana (uma das causas da reprodução das desigualdades), a segregação socioterritorial, democratize os espaços urbanos, garantindo o direito pleno e universal à cidade e o bem estar de toda a sociedade.

Para isto, priorizará políticas de:

- **Saneamento Ambiental Integrado** com objetivo de avançar na universalização da cobertura de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgoto sanitário e de resíduos sólidos para atender os sul-mato-grossenses com serviço de saneamento eficiente.
- **Mobilidade Urbana** com prioridade aos projetos de transporte público coletivo sobre o individual, os não motorizados sobre os motorizados, visando a integração dos variados modos de serviços de transporte público, estruturadores do conjunto da cidade e indutores do desenvolvimento urbano.
- **Enfrentamento ao Déficit Habitacional** com implantação de metas ousadas de habitação, promovendo acesso à moradia como um direito universal, com foco nos segmentos populacionais mais vulneráveis onde concentra a maior parte do *déficit* habitacional.

- **Fortalecimento dos espaços de lazer** enquanto necessidade humana e direito de todo cidadão e cidadã ao acesso às vivências dos conteúdos culturais, esportivos, com práticas saudáveis, principalmente para as camadas populares e de menor poder aquisitivo, garantido o direito de viver bem.

9. **POLÍTICAS E PROGRAMAS DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA E DE DEMOCRATIZAÇÃO DO MEIO RURAL**

- Ampliar a agricultura familiar produtora de alimentos através de um programa estadual de reforma agrária em parceria com governo Federal;
- Recuperar o papel estratégico da assistência técnica, da extensão rural e da pesquisa agropecuária pública da Agraer no fortalecimento da agricultura familiar, da reforma agrária e do desenvolvimento rural sustentável: aumentar o quadro de funcionários/as (através de concurso) para atender 100% da agricultura familiar e da reforma agrária; dotar os escritórios de infraestrutura e custeio decentes e adequados para o serviço; efetivar um plano de carreira que contemple a qualificação e a valorização salarial; adotar um planejamento participativo, ágil e eficiente das atividades de Ater e Pesquisa Agropecuária.
- Implementar um arrojado programa de agroecologia e produção orgânica acessível à toda a agricultura familiar e à reforma agrária de MS, contemplando inclusive fases de transição: manejo de solos, bancos de sementes, mudas e matrizes, agroindustrialização, formação de grupos/associações/cooperativas, estratégias de comercialização.
- Implementar um programa de redução do uso de agrotóxicos em toda agropecuária sul-mato-grossense.
- Adotar um programa de recuperação ambiental das propriedades rurais, subsidiando a recuperação de áreas de preservação e o seu uso racional, a adoção de práticas conservacionistas (plantio direto, cultivo mínimo, adubação verde, etc.).
- Melhorar o serviço de orientação sanitária e fiscalização agropecuários com a valorização do quadro de servidores da Iagro, dotação de infraestrutura e custeio adequados, informatização e integração dos sistemas de informação sanitária, tributária e ambiental no âmbito das instituições estaduais e com as instituições federais.
- Ampliar a cobertura e o acesso ao crédito em todas as modalidades e linhas disponíveis e adotar programas de microcrédito com fundos rotativos e solidários supervisionados pela Agraer focados na agricultura familiar e reforma agrária.
- Implementar um abrangente programa de infraestrutura rural, com atenção especial às comunidades da agricultura familiar e da reforma agrária: sistemas de abastecimento de água e saneamento rurais, acesso à energia elétrica, acesso à telefonia e comunicação, estruturas coletivas de armazenamento da produção agropecuária, estradas rurais adequadas

e articuladas com obras de conservação de solos, prédios/equipamentos sociais (escolas, unidades de saúde, centros comunitários, unidades avançadas de segurança pública).

- Adotar o apoio ao associativismo e cooperativismo como orientação geral do governo, adequando a legislação e as estruturas governamentais para proporcionar um tratamento diferenciado e privilegiado a este tipo de organização social e econômica, especialmente das comunidades rurais.
- Implementar um programa de apoio à comercialização da produção da agricultura familiar e da reforma agrária com efetivação do acesso ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), a adoção de uma política de compras governamentais diferenciada viabilizando aquisições das organizações deste universo social e a implantação de equipamentos e espaços públicos de comercialização direta (centrais de comercialização, feiras, centros de distribuição).
- Elaborar plano de desenvolvimento para qualificar e adensar as principais cadeias produtivas agropecuárias do Estado, especialmente aquelas que proporcionam maior valor agregado para a agricultura familiar (piscicultura, pecuária leiteira, apicultura, olericultura e fruticultura).
- Incentivar a política de verticalização da produção relacionada a agricultura empresarial com vista agregação de valor aos produtos primários e geração de renda e empregos.
- Implementar uma estrutura de apoio a logística de transporte capaz de garantir abastecimento de insumos à agricultura familiar e empresarial, fácil comunicação aos centros urbanos e escoamento de produção o ano inteiro, com efetiva aplicação dos recursos do Fundersul na malha viária rural.

10. POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇO CAPAZ DE GERAR RENDA E EMPREGO.

- Ter uma estratégia para o desenvolvimento industrial que defina zonas e áreas prioritárias para orientar os investimentos privados e o crédito, considerando as cadeias produtivas em desenvolvimento e áreas com potencial de maior valor agregado aos produtos.
- Promover a geração de empregos por meio da industrialização e a ampliação da participação do setor na economia sul-mato-grossense através de planejamento e qualificação dos incentivos fiscais, com critérios de geração e manutenção de empregos, agregação de valor tecnológico e respeito ao meio ambiente.

- Política de incentivos fiscais para o desenvolvimento da industrialização, com contrapartida de empregos, priorizando as indústrias de pequeno e médio porte.
- Implementar ações para recebimento da compensação pelas perdas causadas pela Lei Kandir sob condições justas e para o fim desse mecanismo de primarização do desenvolvimento econômico.
- Reposicionar a Fundect para articular com as universidades e instituições de pesquisas localizadas no Estado um plano de ciência, tecnologia e inovação de acordo com a estratégia de desenvolvimento do Estado.
- Rever as práticas tributárias que penalizam a pequena economia, seja no setor de manufatura, de comércio ou de serviço.

11. ESTADO EFICIENTE, PRESENTE, INDUTOR DE DESENVOLVIMENTO E DA JUSTIÇA SOCIAL.

- Gestão do Estado orientada pela qualificação e ampliação dos serviços públicos, rejeitando quaisquer orientações de Estado mínimo, diminuição e sucateamentos das políticas públicas, redução de salários e privatizações.
- Reduzir o mais célere possível os serviços terceirizados e extinguir a contratação de OS para gerir serviços públicos.
- Afastar os planos de privatização da MSGás e da Sanesul e garantir uma administração profissional e gestão a serviço dos interesses públicos.
- Política de desenvolvimento de recursos humanos, estabelecendo novos concursos e planos de carreira que atendam a necessidade do Estado na indução do desenvolvimento e da inclusão social.
- Administração da arrecadação de tributos com firme progressividade e gestão das finanças orientado pela dinamização econômica, pelo fortalecimento e ampliação dos serviços públicos.
- Desonerar a carga tributária da pequena economia e da população menos favorecida economicamente.
- Rejeitar a política de congelamento de investimento (EC 95/16) em políticas sociais e atuar firmemente para redução da dívida com a União para patamares justos que não sacrifiquem as políticas de geração de emprego e distribuição de renda.
- Auditar todos os serviços públicos que o Estado tem ascendência revisando, no que couber, os valores cobrados da população de MS.

12. GESTÃO PÚBLICA DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA

- A relação entre o governo e a sociedade será orientada pela participação e efetivo controle social.
- Implantar o orçamento participativo como mecanismo de ampliação da participação da sociedade e dos seus mais variados segmentos sociais e

econômicos, visando transparência e controle social no uso dos recursos arrecadados e na definição das prioridades e ações do governo.

- Fortalecer os conselhos de participação social como efetivos espaços de debates, deliberações e priorizações das ações do governo, realizando de forma compartilhada, conferências regionais, setoriais e temáticas ampliando a democracia direta na definição das políticas públicas.
- Inversão de prioridades na gestão pública voltando o Estado para a população mais vulnerável.
- Estabelecimento de uma mesa permanente de negociação entre governo e servidores públicos.
- Promover e fortalecer as instâncias de elaboração, formulação e debate de políticas públicas como fóruns estaduais e conferências.
- Instituir uma equipe ou câmara de crise para diálogo e negociação nos casos de grandes conflitos (questão indígena, conflito agrário, quilombola e meio ambiente).

13. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

- O modelo de desenvolvimento que implementaremos será fortemente apoiado em três pilares: crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade ambiental, considerando a rica diversidade e condições socioambientais de cada bioma que compõem o estado do Mato Grosso do Sul.
- A sustentabilidade ambiental é um imperativo para todas as sociedades. Nossa gestão do Governo Estadual considerará este aspecto como fator de desenvolvimento e competitividade, superando a visão da conservação do meio ambiente como um empecilho.
- Implantação de Plano Estadual de Saneamento, incluindo uma atenção especial e diferenciada para as áreas rurais com gestão da Sanesul reestruturada sob controle majoritário do governo de MS.
- Ampliar e fortalecer o papel de empresa pública da MSGAS como indutora de desenvolvimento industrial e socioeconômico na distribuição de energia mais sustentável, possibilitando fornecimento de gás de cozinha mais acessível economicamente à população.
- Desenvolvimento de infraestrutura dos modais de transporte e escoamento da produção integrando rodovias, ferrovias e hidrovias.
- Implantação da rota bioceânica de MS ao Chile com parcerias do governo federal e dos países fronteiriços como meio para intensificação do desenvolvimento regional, socioeconômico, turístico e cultural.
- Política de pavimentação asfáltica e recuperação das rodovias vicinais estratégicas para atender núcleos populacionais desassistidos e regiões que demandam escoar produção da agricultura familiar e da agricultura empresarial com recursos do Fundersul, recursos federais e demais fontes de financiamento e investimentos.

- Políticas de desenvolvimento do turismo sul-mato-grossense com a efetivação e fortalecimento do sistema estadual de turismo, implantação de conselho que garanta representação empresarial, setores públicos, trabalhadores e demais segmentos afins.
- Valorização do ecossistema do Pantanal estimulando práticas sustentáveis com premiação por serviços ambientais prestados.

PARTIDO DOS TRABALHADORES DE MATO GROSSO DO SUL

José Orcírio Miranda dos Santos – presidente

Vladimir Ferreira – Secretário Geral

Membros da Executiva Estadual: José Raul das Neves Junior, vice Presidente do PT; Humberto Amaducci, Secretário de Organização; Maria Helena Faria, Secretária de Assuntos Institucionais; Rosemilton Soares de Oliveira, Secretário de Coordenação Regional; Kátia Guimarães, Secretária de Finanças; Maria Rosana Rodrigues Pinto Gama, Secretária de Formação Política; Francisco Ferreira da Cruz, Secretário de Comunicação; Maiza Aparecida de Oliveira, Secretária de Movimentos Populares; Vagner Campos, Secretário de Mobilização; Idalina da Silva, Secretária Sindical; Genilson Duarte, Presidente da Cut e Vogal; Mariuza Guimarães, Presidente da Adufms e Vogal; João Grandão líder da bancada na AL.

Coordenação do Plano Humberto Amaducci ao Governo 2019/2022

Gilmar Gonçalves

Rubens Alves

Adilson Nascimento dos Santos

David Lourenço.

Revisão – Damarci Olivi

Colaboração e agradecimentos aos Coletivos de Saúde, Educação, Segurança Pública, Reforma Agrária e Agricultura Familiar, Combate ao Racismo, Assistência Social e Mulheres.

Campo Grande, agosto de 2018.